

Lira Neto

ARRANCADOS DA TERRA

*Uma história dos judeus sefarditas.
Expulsos de Portugal pela Inquisição,
refugiaram-se na Holanda, ocuparam o Brasil
e fizeram Nova Iorque*



*A todos os desterrados, retirantes,
refugiados, apátridas, proscritos, exilados,
imigrantes, degredados, foragidos, expatriados,
fugitivos e desenraizados do mundo.*

*Hei-de plantá-los na sua terra, e nunca mais serão
arrancados da terra que lhes dei!*

AMÓS 9, 15

*Eu não pretendia oferecer simplesmente um inventário
do que encontrara ao analisar a documentação, esta-
belecer um mero processo verbal, um relato da minha
exploração. Propunha-me a partilhar com os leitores
uma emoção, a mesma que experimentei no momento
em que, vasculhando entre os vestígios mortos, julguei
ouvir novamente as vozes extintas.*

GEORGES DUBY

ÍNDICE

<i>Nota do autor à edição portuguesa</i>	11
<i>Prefácio de Esther Mucznik</i>	13
<i>Prólogo: «Para viver o sem-fim da eternidade» (actualidade)</i>	17
CAPÍTULO 1	
«Que o medo os retraia do delito» (1492-1594)	25
CAPÍTULO 2	
«Um fogo e um bicho no meu coração» (1594-98)	45
CAPÍTULO 3	
«Ninguém seja investigado por sua religião» (1614-16)	62
CAPÍTULO 4	
«Maldito seja de dia; maldito seja de noite» (1617-22)	76
CAPÍTULO 5	
«Contra a peçonha que vai vomitando» (1623-24)	94
CAPÍTULO 6	
«O rei tecerá maus fios» (1623-24)	111
CAPÍTULO 7	
«São tidos entre nós como infames» (1624)	128

CAPÍTULO 8	
«Ninguém se atreva a perturbá-los» (1625-29)	142
CAPÍTULO 9	
«Parecia um Dia do Juízo» (1630-31)	156
CAPÍTULO 10	
«Assim ardeu a infeliz Olinda» (1631-36)	169
CAPÍTULO 11	
«Sem escravos não se faz coisa alguma no Brasil» (1636-40)	183
CAPÍTULO 12	
«Eles são uma peste neste país» (1640-41)	201
CAPÍTULO 13	
«Sugam o sangue do povo» (1642-43)	219
CAPÍTULO 14	
«Desejosos de tornar ao reino» (1641-44)	232
CAPÍTULO 15	
«Vem e olha para Teu povo» (1644-45)	244
CAPÍTULO 16	
«Gatos e cachorros, finos petiscos» (1646-48)	259
CAPÍTULO 17	
«O Eterno é o senhor da guerra» (1646-54)	278
CAPÍTULO 18	
«Onde a terra emana leite e mel» (1654-64)	298
<i>Epílogo</i>	311
<i>Pós-escrito</i>	318
<i>Agradecimentos</i>	330
<i>Créditos das imagens</i>	334

NOTA À EDIÇÃO PORTUGUESA

Em 2018, por uma série de motivos pessoais, profissionais e académicos, decidi atravessar o Atlântico e vir morar em Portugal. Isso permitiu-me aprofundar a investigação iniciada anos antes, no Brasil e nos Estados Unidos, e que, no final, resultou na escrita de *Arrancados da Terra*. Uma vez na Europa, mergulhei nos documentos relativos ao Santo Ofício na Torre do Tombo, em Lisboa, e nos papéis preservados no Stadsarchief (o arquivo municipal de Amesterdão), produzidos pela comunidade portuguesa que, perseguida pelos inquisidores, se refugiou na Holanda em busca de lá construir uma «Jerusalém do Norte».

A ideia foi encontrar personagens referenciais que ajudassem a compor uma narrativa baseada num jogo de escalas entre a macro e a micro-História. Esquadrinhar trajectórias individuais que, aparentemente pouco expressivas se tomadas de forma isolada, ganhassem novos significados e dimensões quando observadas em relação dialógica, ainda que distantes no tempo e no espaço. Praticar assim uma escrita atenta à acepção original do termo «texto», percebido como «tecido», «tessitura». A partir dos liames de fios avulsos e diversos, compor o colorido e vislumbrar o sentido maior da trama.

Para quem escolheu este país como nova morada, é motivo de honra e alegria ter a edição portuguesa de *Arrancados da Terra*

publicada de modo quase simultâneo com a edição brasileira. A editora providenciou adaptações de linguagem, pequenas e pontuais, que julgou necessárias para melhor legibilidade por parte do leitor português. Na versão original brasileira, o livro traz dezenas de páginas de notas, com exaustivas remissões às fontes documentais. Elas foram suprimidas na presente edição, por desnecessárias à maioria do público não especializado. Mas todas as notas estão disponíveis aos leitores portugueses, notadamente os investigadores interessados no tema. Podem ser consultadas no seguinte endereço electrónico: <http://bit.ly/notasarrancadosdaterra>.

Por fim, parece-me pertinente observar que, escrito com base em documentação do século XVII, este livro talvez ganhe uma incómoda actualidade nos dias que correm. *Arrancados da Terra* fala da incessante luta contra a intolerância e o preconceito. Infelizmente, vivemos num tempo em que a construção ideológica de inimigos supostamente ameaçadores, sempre por meio da demonização do Outro — do diferente, do estrangeiro e do migrante, por exemplo — insiste em permanecer viva, a arrebanhar prosélitos e a fazer estragos. Que as lições da História nos convidem à reflexão, razoabilidade e bom senso.

Lira Neto

PREFÁCIO

Confesso que quando, numa noite do mês de Janeiro deste ano 2021, a editora Eurídice Gomes me convidou a prefaciar o livro de Lira Neto, hesitei: não conhecia o autor e, obviamente, não tinha lido o texto. No entanto, quando, na mesma conversa, a editora me deu a conhecer o tema, destacando nomeadamente a saga dos 23 cristãos-novos em fuga do Recife brasileiro até aportarem a Nova Amesterdão, actual Nova Iorque, decidi aceitar, por ser um assunto que me interessava e sobre o qual eu própria tinha escrito e feito alguma investigação.

Não me arrependi: muito mais do que o episódio acima mencionado, o livro fala de todos os desterrados da sua terra natal, neste caso, Portugal, pela acção persecutória do denominado Santo Ofício, o Tribunal da Inquisição que durante três séculos não só destruiu as vidas de numerosos judeus-cristãos-novos como sufocou o pensamento, a criatividade e o desenvolvimento de todo um povo.

Brasileiro, a viver em Portugal, Lira Neto escolheu para a sua obra o título *Arrancados da Terra*, o que provoca em nós, leitores, como que uma dor física, a sensação de um corte brutal com o que nos dá vida, ou seja, as nossas raízes. Na verdade, é disso que o autor trata: da tragédia que, apesar de tudo, os «arrancados da terra» transformam em força, uma força que fará

deles pioneiros da globalização, despertando simultaneamente cobiça e inveja.

A investigação feita por Lira Neto é notável, assim como é o seu cuidado com as fontes, como constatamos no seu «Pós-escrito», a propósito dos 23 judeus que desembarcaram em Manhattan em 1654, uma saga ainda insuficientemente documentada, mas que se terá tornado «um dos principais mitos da fundação de Nova Iorque».

Através desta obra, o leitor entenderá melhor a forma instrumental com que a Coroa portuguesa sempre se relacionou com os judeus e mais tarde com os cristãos-novos, procurando, acima de tudo, aproveitar os seus préstimos, em particular os seus capitais. Mesmo a sua defesa, em determinadas alturas, é sempre utilitária. O que, afinal, não era a exceção: a esmagadora maioria dos países que abriram as suas portas aos cristãos-novos norteou o seu comportamento pelo mesmo prisma, o que fez com que o judeu, mesmo cristianizado, fosse sempre o «outro», ao longo da história e, em muitos casos, até hoje...

O leitor também compreenderá melhor o carácter perverso da Inquisição, culpando os «hereges» pelas torturas abomináveis a que, «com muita caridade», eram submetidos, «por teimarem em guardar silêncio». No tribunal inquisitorial, em vez da presunção da inocência, o que contava era a suspeita da culpa, aliás bem mais rentável, porque permitia o confisco dos bens do acusado.

No entanto, mais relevante é, em minha opinião, o conhecimento que o autor revela do complexo mundo dos cristãos-novos ibéricos entre os séculos XVI e XVIII e do seu papel nas comunidades de acolhimento e, nomeadamente, no Brasil: homens que tentam reconstruir as suas vidas e que não cedem à adversidade, mas sentem dificuldade de integração em comunidades judaicas a cuja obediência não estão habituados. É abordado em profundidade o caso extremo de Uriel da Costa, português, ex-cristão-novo convertido ao judaísmo, que acaba por se suicidar

depois de «excomungado» pela comunidade judaica de Amesterdão. Mas muitos outros são objecto de reflexão, como, por exemplo, o rabino, igualmente de origem portuguesa, Menasseh ben Israel, aliás Manuel Dias Soeiro, dividido entre a sua fidelidade ao judaísmo tal como imposto pela comunidade de Amesterdão e a liberdade de pensamento que o caracterizava e da qual, na verdade, nunca abdicou verdadeiramente.

Sentimos na obra de Lira Neto uma grande vontade de caracterizar em detalhe este grupo humano, que, com as suas forças e as suas fraquezas, deu um contributo essencial à economia global, à ciência e à filosofia, caracterização que passa também pelo conhecimento de elementos essenciais da religião judaica, a que não será alheio o percurso pessoal do autor.

Com efeito, tal como refere no final do livro, o objectivo inicial do autor era escrever a biografia de Maurício de Nassau, aristocrata e militar alemão contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para administrar a então colónia holandesa no Nordeste Brasileiro. No entanto, a sua investigação sobre «o Brasil holandês e a saga dos sefarditas que chegaram ao Brasil via Amesterdão» leva-o a descobrir as suas próprias raízes cristãs-novas, o que altera o seu plano de escrita. A coincidência de ter vindo morar para Portugal e o acesso mais fácil à Torre do Tombo e aos arquivos de Amesterdão que menciona terão eventualmente contribuído senão para a decisão, pelo menos, para a investigação.

O resultado é este belo livro de narrativa rigorosa e cujo estilo vivo e apelativo cria um *suspense* que nos leva a lê-lo num fôlego. Recomendo-o vivamente...

Esther Mucznik
20 de Fevereiro de 2021

PRÓLOGO

«Para viver o sem-fim da eternidade» (actualidade)

Quem segue a pé de Chinatown em direcção ao Distrito Financeiro de Nova Iorque talvez passe distraído pelo número 55 de St. James Place, pelos 22 metros de comprimento de um muro baixo feito de pedras sobrepostas, encimado por grades pontiagudas e enferrujadas. Por trás dele, nada de excepcional parece chamar a atenção no pequeno descampado estabelecido metro e meio acima da calçada, o solo coberto de musgo e ervas daninhas. À primeira vista, aparenta ser apenas um terreno baldio, simples vazio urbano dando para os fundos deteriorados de prédios populares de três e cinco andares.

Assim de passagem, só mesmo uma singular dose de atenção e curiosidade discernirá a placa rectangular disposta no solo do outro lado, as letras em alto-relevo recobertas pela pátina do tempo:

PRIMEIRO CEMITÉRIO
DA
SINAGOGA ESPANHOLA E PORTUGUESA
SHEARITH ISRAEL
DA CIDADE DE NOVA IORQUE
1656-1833¹

Shearith Israel, nome da congregação mais antiga de Manhattan, significa «Remanescente de Israel», referência ao povo judeu, o povo que presumivelmente descende da personagem bíblica Jacob, o último dos patriarcas, que segundo a Torá — o livro sagrado do judaísmo — foi rebaptizado Yisrael («aquele que luta com Deus»), depois de medir forças com um anjo guardião disfarçado de ser humano. Os seus doze filhos terão dado origem às doze tribos israelitas, ou seja, ao «povo de Israel».²

Se atraído pela discreta tabuleta, o observador mais atento perceberá que os blocos cinzentos dispostos de modo simétrico no terreno, do outro lado do gradeamento, são na verdade velhos túmulos e lápides funerárias, alguns deles quase ocultos pela vegetação rasteira. As inscrições dos jazigos, obscurecidas por sucessivas camadas de fuligem e poeira, revelam na sua maioria caracteres em hebraico.

À esquerda, outra placa metálica, ainda mais afectada pela oxidação fosco-esverdeada que denuncia a ausência de manutenção, apresenta uma breve informação adicional. Cravado num recôndito pórtico de tijolos, meio oculto pela gambiarra dos fios expostos que saem da parede do prédio vizinho, o letreiro indica que ali está «o que resta do primeiro cemitério judeu nos Estados Unidos, consagrado no ano de 1656, quando foi descrito como ‘fora da cidade’».³

É difícil imaginar que uma região feérica como esta se situou, um dia, ainda que há cerca de três séculos e meio, numa zona rural. De facto, os registos históricos dão conta de que — muito antes de os nivelamentos, aterros e drenagens alterarem de forma radical a topografia da ilha — as catacumbas dos judeus se encontravam mesmo «fora da cidade», jazendo no sopé da colina de uma quinta bucólica, com vista privilegiada e imediata para o East River.

Hoje, as sepulturas de St. James Place são uma relíquia histórica quase ignorada. Até princípios do século XIX, as dimensões

do espaço eram bem maiores, embora já não consigamos defini-las com precisão. A progressiva expansão urbana acabou por tragar todo o espaço em redor, inclusive os próprios sepulcros, forçando a paulatina exumação de centenas de restos mortais, transferidos para outros locais à medida que a cidade se agigantava.

Reduzido a menos de 200 metros quadrados de área, o terreno submergiu numa relativa obscuridade. O cadeado no portão impede a entrada espontânea de visitantes. O mau estado de conservação e a presença de eventuais consumidores de *crack* pelas redondezas apressam o passo dos transeuntes, inibindo olhares mais contemplativos.

Os poucos que têm oportunidade de entrar no local, com a devida autorização do reservado administrador oficial, constatam que, entre as covas remanescentes, a mais antiga está datada de 1683 — portanto, decorridas quase três décadas da fundação do cemitério. A lápide original de pedra tosca, com epitáfio em versos hebraicos, foi posteriormente substituída por outra, de metal, com texto em ladino, língua semelhante ao espanhol arcaico falada pelos judeus sefarditas, isto é, os naturais de Sefarad, o nome citado no Antigo Testamento para uma terra que seria, segundo a tradição judaica, a Península Ibérica. Numa tradução livre, indica:

DEBAIXO DESTA LOUSA SEPULTADO,
 JAZ BENJAMIN BUENO DE MESQUITA.
 FALECEU E DESTE MUNDO FOI TOMADO
 NO 4 DE CHESHVAN, SUA ALMA BENDITA
 AQUI DOS VIVENTES SEPARADA
 ESPERA POR SEU DEUS, QUE RESSUSCITA
 OS MORTOS DO SEU POVO COM PIEDADE
 PARA VIVER O SEM-FIM DA ETERNIDADE

(1683)⁴

O *Cheshvan* é o oitavo mês do calendário eclesiástico judaico. Além do idioma, o apelido do morto atesta a sua origem ibérica.

Os que continuam a seguir por St. James com destino ao extremo sul de Manhattan mal desconfiam de que, talvez por não terem reparado no pequeno cemitério, deixaram para trás um dos possíveis limiares de uma história tão terrível quanto admirável, cheia de peripécias, reviravoltas e episódios trágicos que roçam o inacreditável — e, por isso mesmo, constituída por muitas incertezas, controvérsias e incógnitas.

Nesse ponto, o que mais chama a atenção são os grandes condomínios que se erguem dos dois lados da rua. É o caso do sinuoso Chatham Green, prédio de 21 andares e arquitectura modernista, construído em forma de «S». Nada mais nas imediações remete para a época da instalação do cemitério.

A ilha de Manhattan era atravessada por regatos, pântanos e quedas de água, ocupada por florestas de pinheiros, carvalhos e castanheiros imemoriais. Os copiosos estuários abrigavam colónias de mexilhões e mariscos. Alces e veados pastavam incautos pelos bosques, espiados por lobos selvagens. Os ursos também eram numerosos e ameaçadores. Cisnes, patos e gansos nadavam em rios cheios de salmões, trutas e linguados partilhando os alagadiços com mergulhões, garças e castores de pele lustrosa.⁵

O pequeno núcleo habitacional existente no século XVII situava-se para além da área onde, agora, St. James Street sofre duas suaves inclinações à direita, mudando de nome e tornando-se, primeiro, Pearl Street («Rua da Pérola», assim baptizada graças às muitas ostras perlíferas encontradas na região pelos antigos colonizadores); depois, Water Street («Rua da Água», pelo facto de, antes de os aterros centenários a terem distanciado cada vez mais das margens do East River, ela ter demarcado a costa da zona baixa a leste da ilha).

Hoje, a rua dista cerca de 200 metros dos armazéns e baracões da antiga zona portuária, os mesmos que, revitalizados,

abrigam hoje lojas de marca, restaurantes sofisticados e as instalações do museu marítimo da cidade. A velha Water Street, que antes margeava o rio, tornou-se um corredor de titãs arquitectónicos de vidro, cimento e aço. No ponto em que cruza a célebre Wall Street, chega-se por fim ao limite geográfico do que, em 1656 — data da fundação da necrópole dos judeus — era então considerado o início da área urbana da Manhattan colonial.

Wall Street, a «Rua da Muralha», recebeu esse nome devido à paliçada de madeira que existia na retaguarda da povoação, para servir de protecção contra o ataque de índios, corsários, piratas e demais invasores. Constituído por estacas sólidas de pontas afiadas, com três metros de altura e cravado a mais de um metro de profundidade, o paredão tinha cerca de 700 metros de extensão.⁶ Atravessava a ilha de ponta a ponta no sentido longitudinal, do limite do East River às imediações da actual Trinity Church, a tradicional igreja anglicana na esquina de Wall Street com a Broadway, faixa de território então banhada pelas águas do rio Hudson (tudo a oeste dessa parte da ilha também é fruto de aterros posteriores).

No local em que havia a toska amurada, os oito quarteirões da moderna Wall Street tornaram-se o símbolo máximo do poder financeiro. A exemplo do que ocorre nos demais cruzamentos da rua, a intersecção com Water Street é assinalada pela presença de executivos e trabalhadores de fatos sóbrios que se misturam com turistas de máquina fotográfica a tiracolo. A cada instante, do alto dos autocarros de dois andares apinhados de turistas, câmaras de telemóveis apontam em todas as direcções. Cinco cruzamentos adiante, deixando para trás os engravatados de ar impaciente e os forasteiros que caminham, abismados, de pescoço erguido, alcança-se a Peter Minuit Plaza, no ponto mais meridional da ilha.

Basta olhar em redor para constatar que quase ninguém se detém, por um minuto sequer, diante de um pequeno bloco de granito bruto a um dos cantos da praça. Nele está afixada

a maquete em bronze de uma velha cidade colonial chamada Nova Amesterdão — o nome com o qual os holandeses, primeiros colonizadores de uma região a que os nativos chamavam *Manna-hata* ou *Man-a-ha-tonh* («lugar onde se colhe madeira para fazer arcos [de flechas]»), segundo alguns; «ilha de muitas colinas», para outros), baptizaram o que viria a ser Nova Iorque.⁷

Embora seja detalhado, retratando casas de padrão holandês com telhados inclinados, sistemas de canais navegáveis, uma fortaleza à beira da água e até um típico moinho de vento, o mapa tridimensional em bronze não parece despertar a atenção dos passantes. Estes mostram-se mais interessados em seguir céleres para a esquerda, para apanhar o próximo *ferry* com destino a Staten Island, passeio com direito à visão da *skyline* de Manhattan sobre as águas; ou sobretudo à direita, a fim de enfrentar a fila quilométrica da bilheteira dos barcos que levam à Estátua da Liberdade.

Mesmo entre os nova-iorquinos, a história de Nova Amesterdão ainda está rodeada por uma aura de mistério e desconhecimento. É provável que muitos dos cidadãos da ilha não associem as cores branca, azul e laranja da actual bandeira de Nova Iorque ao pavilhão tricolor da Holanda no século XVII — as mesmas que estão estampadas no escudo de uma das principais equipas de basebol da cidade, os New York Mets, assim como no emblema dos New York Knicks, a marca mais valiosa da NBA (National Basketball Association), segundo a revista *Forbes*.⁸

Na Peter Minuit Plaza — que recebeu esse nome, aliás, em homenagem a um dos directores da comunidade holandesa em Manhattan —, encontra-se outro portal do tempo para a história de que trata este livro. Logo à entrada da praça, na base do mastro onde luzem as estrelas e listas da bandeira dos Estados Unidos, uma placa inaugurada em 1954, no tricentenário de um episódio quase mítico ocorrido em Nova Amesterdão, apresenta

a imagem de dois leões ladeando a estrela de David, símbolos do judaísmo. Logo abaixo deles, lê-se a inscrição:

EDIFICADO
PELO
ESTADO DE NOVA IORQUE
PARA HONRAR A MEMÓRIA
DOS VINTE E TRÊS HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS
QUE DESEMBARCARAM
EM SETEMBRO DE 1654
E
FUNDARAM A PRIMEIRA
COMUNIDADE JUDAICA
NA
AMÉRICA DO NORTE

Quem eram, afinal de contas, as tais 23 pessoas que aportaram em Manhattan no longínquo ano de 1654? Em que navio chegaram? De onde vinham? Seriam procedentes do Brasil, como muitos querem crer? Deixaram esses homens, mulheres e crianças evidências concretas, marcas incontestáveis da sua existência? É possível estabelecer, com solidez de fontes, as suas identidades e reconstituir as suas respectivas trajetórias? Ou não passará tudo de uma epopeia tão heróica quanto falsa, contrafacção histórica, mito de origem, como afirmam os investigadores mais cépticos?⁹

É preciso procurar meticulosamente os fragmentos de um intrincado quebra-cabeça, para recompor as possíveis circunstâncias do episódio celebrado em bronze. Há peças desse enigma que não parecem encaixar, outras talvez permaneçam perdidas para sempre. Os documentos são esparsos, fugidios, exigindo múltiplos esforços de interpretação para produzir uma narrativa consistente, um relato que faça o mínimo sentido.

O cemitério judaico de St. James Place é um dos poucos vestígios dessa aventura ainda envolta em brumas. Uma saga que, caso seja considerada, permite estabelecer uma ligação directa entre as fogueiras da Inquisição na Península Ibérica, a opulência da época de ouro dos Países Baixos, as guerras sangrentas do chamado «Brasil holandês» e os primórdios da cosmopolita Nova Iorque. Como pano de fundo de toda essa trama, sobressai a vida eternamente à deriva dos que, para fugir à morte, se lançavam para os confins de outras terras e o desconhecido de novos mundos.

CAPÍTULO 1

«Que o medo os retraia do delito» (1492-1594)

Aos 23 dias de Fevereiro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1597 — o quinto dia do mês de *Adar* de 5357, no calendário judaico —, um friorento domingo de Inverno, Gaspar Rodrigues Nunes, 39 anos, comerciante com negócio instalado próximo ao Arco dos Pregos — pórtico de pedra da antiga muralha medieval de Lisboa —, constava do grupo de 90 penitentes obrigados a envergar o traje da infâmia, a marca da desonra.¹

A túnica de linho tingido de amarelo sem golas ou mangas, com meras aberturas para a cabeça e os braços, o chamado «sambenito» (corruptela provável de *saccus benedictus*, «saco bendito»), era o sinal imposto pela Inquisição para identificar os hereges, os blasfemos, os apóstatas, os bígamos, os devassos, os sodomitas e, sobretudo, os que haviam «atentado contra a fé em Cristo» ao professar o judaísmo.²

Uma forma de distinguir e apartar os perversos, as «almas desviadas do rebanho de Deus», do convívio com os ditos bons cristãos e homens de bem do reino. Separar, a partir daquele momento e para todo o sempre, «os que andam nas trevas dos que caminham na luz». Pela exibição ostensiva das suas culpas, os infiéis seriam expostos ao escárnio e ao desprezo dos considerados puros de coração. *Quid enim magis persecutu vitam bonorum*

quam vita iniquorum? «Que coisa persegue mais a vida dos bons que a maldade dos maus?» — indagava, em sermões, D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra.³

Na penumbra, antes dos primeiros raios da manhã, Gaspar e os demais sentenciados foram postos a caminhar em fila, pés descalços e velas amarelas nas mãos, cada qual ladeado por dois servidores do Tribunal do Santo Ofício. À frente do grupo iam os frades dominicanos com os seus hábitos brancos e negros, trazendo o estandarte da Inquisição, no qual constavam a cruz de madeira, símbolo da cristandade; a espada, distintivo do castigo contra os ímpios; e o ramo de oliveira, insígnia da «benevolência» com os pecadores arrependidos. «Misericórdia e justiça», lia-se, a propósito, na divisa bordada nas margens do pendão.⁴

Num cortejo subsequente à procissão dos condenados, planeado para sublinhar a autodeclarada dignidade dos seus constituintes, seguia a tropa de comissários do Santo Ofício, alguns na sela de cavalos ornamentados com penachos e arreios solenes. Abriam passagem para os mais altos dignitários da instituição, bem como para os juízes dos tribunais seculares e, por fim, para o inquisidor-geral, António de Matos de Noronha — «por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma, bispo de Elvas» —, gorro negro na cabeça, escoltado à luz de tochas empunhadas por nobres de destacada linhagem.⁵

A fileira humana na qual marchava o desditoso Gaspar Rodrigues tinha início na saída dos cárceres do tribunal, no Palácio dos Estaus — edifício mandado erguer em 1449 para albergar membros e convidados da corte, mas que servia desde 1571 de sede à Inquisição. Da Praça do Rossio, o cortejo atravessou ruas e esplanadas centrais da cidade — sob apupos e chacotas dos populares — até chegar ao Terreiro do Paço, defronte do palácio real, junto ao Tejo.⁶

Ali, havia sido armado um cadafalso de madeira, estrutura em forma de palco flanqueada por um conjunto de bancadas,

reservadas aos sentenciados. À margem do quadrilátero, espalhada a toda a volta, uma multidão aguardava, excitada, a chegada do préstito ao lugar no qual seria celebrado o auto-de-fé, ritual maior da Inquisição, acontecimento carregado de simbologias encenadas de modo minucioso, para despertar sentimentos de respeito, admiração e temor.⁷ «Parece muito aceitado celebrar essa solenidade nos dias festivos, sendo proveitoso que muita gente presencie o suplício e o tormento dos réus para que o medo os retraia do delito», previa o *Directorium inquisitorum*, o *Manual dos inquisidores*.⁸

O vozerio da turba era entrecortado pelo repicar dos sinos das igrejas, pelo estrépito das matracas e pelo entoar contínuo de cânticos religiosos, a exemplo do *Te Deum laudamus* («Nós te louvamos, Senhor») e o *Veni Creator Spiritus* («Vem, espírito criador») — sobreposição de sons que conferia uma atmosfera ainda mais fragorosa ao espectáculo, por essa altura já iluminado pelo lusco-fusco do alvorecer.

Era costume o próprio rei assistir, sentado ao lado da rainha e dos filhos, à cerimónia do alto das janelas do palácio, convertidas em camarotes. Porém, havia 16 anos que isso não ocorria, pois desde 1581 Portugal passara a ser governado pelo monarca espanhol, Sua Majestade, Filipe II — consequência da União Ibérica, instituída após a crise dinástica provocada pelo trágico desaparecimento do jovem D. Sebastião na batalha contra os mouros nas areias de Marrocos. Com Filipe II governando a partir de Madrid, os lugares da sacada real, durante os autos-de-fé realizados em Lisboa, passaram a ser honrados pela assistência do Conselho de Governadores do Reino.⁹

Lá em baixo, cabia aos eclesiásticos de maior hierarquia ocupar os lugares principais do palanque armado na praça. Reservava-se ao inquisidor-geral uma espécie de trono acolchoado e de madeira torneada, instalado em local altivo, decorado por alfombras e dosséis de cetins, damascos e veludos, nas cores

vermelha e dourada. Os penitentes eram acomodados à frente deles, numa área do estrado mais despojada, adornada por um simples tecido negro. Ficavam dispostos conforme a gravidade das acusações: os sujeitos a penas tidas como mais brandas — penitências espirituais, prisões, desterros, galés, exílios ou açoites — ocupavam as filas inferiores da bancada; os destinados a penas de maior severidade, o que em suma significava a morte pela fogueira, as superiores.¹⁰

Os sambenitos dos que deviam escapar ao fogo vinham assinalados com a cruz de St. André, em diagonal, sob a forma de x, a cor vermelha. As vestes dos condenados à pena máxima apresentavam imagens de labaredas desenhadas e coloridas à mão. Se as chamas se mostrassem voltadas para baixo, entendia-se que uma providencial confissão de ter praticado o judaísmo em segredo, depois da condenação, resultara na clemência dos inquisidores. Se as chamas apontassem para cima — rodeadas por figuras de cães, serpentes, grifos, demónios e de uma estampa representando o rosto do próprio penitente —, o destino inexorável seria a fogueira, *purgatorius ignis*, a entrega do herege ao fogo purificador. Nesse caso, para maior vexame, o sambenito era complementado pela carocha, chapéu alto e pontudo, feito de papel, ilustrado com motivos idênticos aos das vestes.¹¹

Tais sortes, contudo, podiam ser alteradas ao longo da cerimónia, dependendo das atitudes e do comportamento do penitente. Um súbito pedido de confissão íntima aos inquisidores, mesmo à última hora, poderia provocar a interrupção momentânea do auto e a revisão da sentença. No mínimo, uma declaração de arrependimento considerada sincera resultaria na «caridade» de se mandar estrangular o réu por meio do garrote antes de o lançar ao fogo. Estabelecia-se assim um círculo de incertezas que provocava *suspense* e mantinha inflamado o interesse da plateia.¹²

Rezado o intróito da Santa Missa, coube naquela manhã ao padre Francisco Ferreira, sacerdote da Companhia de Jesus,

pregar o sermão aos presentes, em nome da redenção dos pecados humanos. As prédicas dos autos-de-fé em Portugal tinham como mote a censura à lei mosaica — a Lei de Moisés, o judaísmo —, a exortação à Paixão de Cristo, a alusão ao Juízo Final e a referência aos castigos eternos prognosticados para os que se desvirtuassem dos mandamentos da Igreja, abraçando «falsas doutrinas».¹³

Seguia-se ao sermão a leitura do édito de fé, no qual todos os moradores locais eram advertidos a confessar as próprias culpas e a dar notícia, nos dias subsequentes, de quaisquer outras pessoas conhecidas implicadas em delitos passíveis de investigação por parte dos inquisidores. Por fim, chegava-se ao momento pelo qual a multidão mais ansiava: a leitura das sentenças dos acusados, feita por clérigos de voz altissonante, previamente escolhidos para a função.

Um a um, ao ouvirem os respectivos nomes, os prisioneiros deviam levantar-se do seu lugar e caminhar para o centro do cadafalso, à vista de todos, a fim de ouvirem a sùmula do seu processo e o conseqüente veredicto. Como eram muitos os réus, a cerimónia podia prolongar-se por horas e, às vezes, mesmo alguns dias. Mas a atenção da plateia nunca arrefecia.

O público acompanhava, com sádico regozijo, as reacções dos penitentes. Alguns choravam, baixavam a cabeça, tentavam esconder o rosto com as mãos. Outros, impetuosos, gritavam improperios e atiravam pragas aos juizes, sendo de pronto amordaçados pelos guardas. Havia ainda os que se ajoelhavam, em desespero, implorando por misericórdia. E também os que permaneciam impassíveis diante da hora final — o que podia ser interpretado como gesto de derradeira arrogância.

Quando Gaspar Rodrigues foi chamado ao centro do palanque, o clérigo encarregado de ler a sùmula do seu processo passou em revista todas as circunstâncias que o haviam levado a ser arrancado de casa, diante dos filhos pequenos, havia três anos

e quatro meses, pelo meirinho e pelos guardas do Santo Ofício. A acusação: praticar o judaísmo em segredo, mesmo sendo baptizado na fé de Cristo. Era tido e havido na conta de herege. Vivia como católico em público, mas prestaria culto, na intimidade do lar, à Lei de Moisés. Tinha sido denunciado, portanto, como criptojudeu.

«Todo o herege ou cismático há-de ser lançado ao fogo eterno, na companhia do Diabo e dos seus anjos, a não ser que, antes da morte, seja incorporado e reintegrado na Igreja», dispunha o *Directorium inquisitorum*.¹⁴

A presença judaica na Península Ibérica remonta à noite dos tempos. Entre os diversos mitos de origem, fala-se de um neto do bíblico Noé, de nome Tubal, que teria chegado ao lugar dois séculos após o presumível dilúvio universal, para povoar o território a partir da fundação da cidade de Setúbal. Mas há relatos históricos que creditam o advento do judaísmo aos mercadores embarcados nos navios fenícios que alcançaram a região por volta de 1200 a.C., na escala de rotas comerciais rumo às ilhas da Grã-Bretanha. Outras narrativas míticas atribuem o momento da chegada cerca do ano 900 a.C., a bordo das embarcações de longo curso construídas pelo rei Salomão, supostamente originárias do porto de Társis, cidade aludida no Antigo Testamento e da qual se desconhece a localização exacta.¹⁵

Existem também versões que dão conta de os hebreus lusitanos serem descendentes de uma das dez tribos de Israel dispersas e perdidas para sempre aquando da invasão dos assírios à cidade de Samaria, em 722 a.C. Noutra variante, poderiam ser os sucedâneos da grande diáspora provocada pela primeira destruição de Jerusalém, a mando do imperador babilónico Nabucodonosor II, em 587 a.C. Ou, ainda, procedentes da segunda destruição, em 70 a.C., depois da ocupação da cidade pelas tropas do comandante

Tito — filho e sucessor no trono do imperador romano Vespasiano.¹⁶

Apesar de tantas controvérsias e especulações, é certo que os judeus já estavam instalados na Península desde o período em que esta viveu sob o domínio do Império Romano e era conhecida pelo nome comum de Hispânia. Achados arqueológicos mais remotos indicam a ocorrência de lápides funerárias judaicas na actual Espanha, datadas dos séculos II e III. Na Lusitânia, província a oeste, no território que é hoje Portugal, foi desenterrada das ruínas de uma antiga vila romana, nas imediações da cidade de Silves, no Algarve, uma plaqueta de mármore, provavelmente do final do século IV, onde se lê, em hebraico, o nome próprio Yehiel.¹⁷ Mais categórica ainda é a chamada «Pedra de Mértola», fragmento de uma inscrição tumular encontrada na região do Alentejo e no qual se pode observar o desenho de uma menorá — o candelabro judeu de sete braços, símbolo máximo do judaísmo na Antiguidade, antes de a estrela de David ser adoptada como tal, em tempos modernos —, encimado por caracteres e números que indicam uma datação exacta do calendário latino, equivalente ao ano 482.¹⁸

Os vestígios do anti-semitismo na Península são tão antigos quanto esses artefactos. No início do século IV, pouco antes de o cristianismo se tornar a religião oficial do Império Romano, um total de 19 bispos católicos da antiga Hispânia já se reunia no Concílio de Elvira para firmar 81 cânones, a serem seguidos como preceitos obrigatórios da vida devota. Além de legislar sobre temas como a castidade e o celibato clericais, o documento disciplinava a coexistência — ou melhor, o isolamento — de cristãos e judeus. Um judeu ficava proibido de se casar e de manter relações sexuais com uma cristã. O mesmo valia para uma judia em relação a um cristão. O indivíduo de uma religião não poderia sequer comer à mesma mesa do crente da outra.¹⁹

Ao longo dos séculos, a política ibérica em relação aos judeus alternou instantes de tolerância com momentos de perseguição

extrema. Com a derrocada do Império Romano do Ocidente e a ocupação da Península pelos «bárbaros» visigodos — povo de origem germânica que a dominou por três séculos, entre 418 e 711 —, os judeus locais conseguiram viver em relativa tranquilidade. Pelo menos até que o reino visigótico também aderisse ao cristianismo e o rei Sisebuto ensaiasse, em 613, a primeira tentativa de conversão em massa, punindo os mais obstinados com o degredo e o castigo de cem chibatadas. Centenas foram deportados, outros tantos morreram espancados, mas a maior parte passou a praticar o judaísmo em segredo.²⁰

A instabilidade interna e a crescente ameaça de ocupação dos territórios ibéricos por parte dos muçulmanos — a partir de cidades no Norte de África — desestabilizaram o poderio visigodo. Nos estertores do reinado cristão de ascendência germânica, sucessivos concílios realizados em Toledo elegeram os judeus como bodes expiatórios, acusando-os de conspirar a favor da entrada dos islâmicos na Península. A cada conclave da Igreja, a intolerância mostrava-se mais aguda. De início, determinou-se que os filhos de criptojudeus deviam ser retirados dos pais e entregues a um mosteiro. Em seguida, deliberou-se que os falsos conversos receberiam como castigo a morte por apedrejamento. Por fim, decidiu-se que os judeus renitentes deviam ser conservados vivos, mas mantidos como escravos de senhores cristãos.²¹

Assim, a ofensiva muçulmana na Península, no início do século VIII, foi recebida como um providencial lenitivo pelos judeus, contribuindo para sedimentar o preconceito nutrido contra eles pelos católicos, que, ultrapassados, batiam em retirada, vendo os seguidores da Lei de Moisés estabelecerem alianças estratégicas com os discípulos de Maomé. Embora de início continuassem a ser considerados pelos novos conquistadores como cidadãos de segunda classe — *dhimmis*, na transliteração do termo árabe —, não havia uma política oficial islâmica antijudaica. Pelo contrário, sob o califado de Al-Andalus, sediado em Córdoba até

ao final do século x, floresceu uma civilização mourisca cosmopolita e sofisticada, e nela os judeus viveram uma espécie de «Idade de Ouro». Ocuparam posições sociais de destaque, incluindo a de secretários de Estado de príncipes e califas, exercendo os ofícios da medicina, astronomia, finanças e cartografia, além de os mais sábios entre eles despontarem como poetas e filósofos.²²

Tudo mudaria no período conhecido como Reconquista, quando os cristãos, então limitados ao Norte da Península, nas Astúrias, iniciaram a investida para reaver o controlo territorial perdido. Enquanto o califado de Al-Andalus ruía, cindido em pequenos principados, esgotado por disputas entre dinastias rivais, os judeus voltaram a ser alvo de perseguição, dessa feita por muçulmanos fundamentalistas, que lhes destruíam as sinagogas e confiscavam os bens. Ao longo dos dois séculos da acirrada luta entre cristãos e mouros — durante os quais os seguidores do judaísmo, pressionados pelos dois algozes, eram hostilizados de parte a parte —, foram-se instalando progressivamente os reinos católicos de Navarra, Castela, Aragão, Leão e Portugal, restando aos islâmicos apenas o pequeno enclave de Granada, ao Sul, que também viria a cair, em 1492.²³

No caso específico de Portugal, cujo reino foi reconhecido pela Santa Sé em 1179, o procedimento dos sucessivos monarcas em relação aos judeus oscilou entre a benevolência e a iniquidade, o oportunismo e a intransigência. O grau de tolerância dos reis variava de acordo com as conveniências e os interesses de cada ocupante do trono. Houve momentos de maior flexibilidade, nos quais algumas famílias hebraicas desfrutaram de grande poder e prestígio, na condição de tesoureiros, embaixadores, conselheiros, astrólogos ou médicos reais. Mas também houve percalços e humilhações, como aquando da obrigatoriedade da adopção de distintivos segregacionistas por parte dos judeus e do confinamento residencial destes em locais específicos das cidades, as chamadas judiarias, guetos cujos portões deveriam ser

fechados ao anoitecer, à hora da ave-maria, conforme prescrevia o IV Concílio de Latrão, realizado em 1215.²⁴

Havia um anti-semitismo difuso no âmago da sociedade portuguesa, fruto da propagação sistemática de mitos e preconceitos, por intermédio de sermões de clérigos virulentos, panfletos populares, anedotas venenosas, obras literárias e espectáculos teatrais. Nessa perspectiva difamatória, os judeus seriam protagonistas de uma seita satânica secreta, em cujas cerimónias se fariam sacrifícios sangrentos de crianças católicas. Teriam matado Cristo, seriam indivíduos avarentos por natureza, parasitas sociais que desprezariam o trabalho árduo. Exalariam mau cheiro, envenenariam poços que abasteciam aldeias, teriam até provocado a peste negra.²⁵

Em 1496, os soberanos Fernando II, de Aragão, e Isabel I, de Castela — os «Reis Católicos», cuja unificação de reinados dera origem a Espanha —, impuseram ao noivo da filha, o monarca português D. Manuel I, a condição de fazer o mesmo que eles próprios haviam feito em 1492: expulsar dos seus domínios todos os judeus ou convertê-los a qualquer custo à fé de Cristo.²⁶

Assim foi exigido, assim se fez. Para estabelecer uma aliança estável com os vizinhos, D. Manuel cedeu à imposição. Um mês depois do casamento com a infanta Isabel de Castela e Aragão, decretou-se em Portugal o desterro geral dos crentes da lei mosaica, que receberam o prazo de dez meses para abandonar o reino. Foi-lhes prometido que, nesse ínterim, disporiam de embarcações para rumarem ao destino que lhes aproovesse. Depois disso, sujeitar-se-iam a punições que iriam do confisco de bens à pena de morte. Só poderiam permanecer os que se convertessem à fé cristã, por meio do sacramento do baptismo — advindo daí a expressão «baptizado em pé», em contraposição aos baptizados logo após o nascimento.²⁷

«Rogamos, encomendamos e mandamos por nossa bênção, e sob pena de maldição aos nossos reis sucessores, que nunca em tempo algum deixem morar, nem estar nestes nossos reinos,

[...] nenhum judeu por nenhuma cousa nem razão que seja», determinava a ordenação manuelina.²⁸

As sinagogas foram interditadas e cedidas a ordens religiosas católicas. Proibiram-se livros sagrados em hebraico e confiscaram-se bibliotecas inteiras. Profanaram-se cemitérios israelitas, que tiveram as lajes funerárias arrancadas e reutilizadas como ordinário material de construção.²⁹

Assim terminou o historial de relativa tolerância com os judeus em solo português. Pouco antes, o reino servira de abrigo a milhares de judeus foragidos aquando da expulsão de Espanha. Os números são controversos, mas calcula-se que entre 30 mil e 120 mil judeus atravessaram a fronteira para se abrigar em acampamentos de refugiados no território português. Com a decisão de D. Manuel de seguir o exemplo dos Reis Católicos, os judeus viram-se mais uma vez na contingência de partir — e mais depressa do que o anunciado.³⁰

Num domingo de Páscoa, cerca de sete meses antes de findar o período de licença previsto pelo decreto régio de expulsão de Portugal, anunciara-se nova medida, determinando que todos os meninos e meninas judaicos com menos de 14 anos deviam ser retirados dos braços das mães, baptizados à revelia e redistribuídos por famílias cristãs. «Procuraram as crianças até nos cantos e recessos [das suas casas] à luz de velas e tochas», registou um contemporâneo. «As crianças foram levadas para longe, para nunca mais serem vistas pelos pais.»³¹

D. Manuel calculara que, pressionados, os judeus se submeteriam ao baptismo compulsório, o que evitaria a fuga de divisas e de mão-de-obra qualificada decorrente do êxodo de milhares de mercadores, financeiros, colectores de impostos, alfaiates, sapateiros, tecelões, merceeiros, retalhistas, joalheiros e outros profissionais de categorias intrínsecas ao grupo. Por idêntico motivo, o rei adiara a cessão dos prometidos navios, com o objectivo evidente de que o prazo fatídico se exaurisse.³²

Nas vésperas da data estabelecida como limite para a partida, multidões apinharam-se no porto de Lisboa, à espera das naus que as levariam para fora das fronteiras marítimas do reino. Os barcos, porém, nunca apareceram. Em vez disso, os judeus foram informados de que o tempo se esgotara e, a partir daquele momento, todos seriam considerados escravos do rei, a menos que se convertessem. Houve relatos de pais que, desesperados e dispostos a morrer livres e na fé mosaica, estrangularam os próprios filhos, para depois se suicidarem, atirando-se a poços ou à correnteza dos rios. Enquanto isso, jovens e velhos eram arrastados por guardas, debaixo da lâmina da espada, para serem batizados à força.³³

Mesmo um observador católico, D. Fernando Coutinho, bispo de Lamego, se mostrou chocado com as cenas: «Vi com os meus próprios olhos como os judeus foram arrastados pelos cabelos para as pias baptismas», escreveu, «como um pai, com a cabeça tapada [por um xaile de orações], em sinal de profundo pesar e de coração destroçado, [que] foi para a pia baptismal acompanhado do filho, protestando e chamando Deus como testemunha de que eles desejavam morrer segundo a Lei de Moisés».³⁴

Excepto os que haviam conseguido fugir por um ou outro meio, os judeus remanescentes passaram a ser denominados «cristãos-novos», termo pejorativo empregado para os diferenciar dos autoproclamados cristãos autênticos, os «cristãos-velhos». A expressão passaria a constar no vocabulário oficial dos documentos eclesiásticos desde, pelo menos, 1536. Coagidos a adoptar o catolicismo, nem assim os batizados em pé escaparam ao estigma que os acompanharia séculos fora. Eram rotulados também de «marranos», designação injuriosa, de etimologia controversa, cujo significado poderá derivar do castelhano e significar «porco», ou proceder da raiz hebraica *mumar* («converso»), acrescida do sufixo ibérico *ano*, originando *mumrrano* e, por abreviação, *marrano*, o amaldiçoado por apostasia, ou seja, pelo abandono da fé.³⁵